# **Demonstrações Financeiras**

# Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

31 de dezembro de 2019 com Relatório dos Auditores Independentes

# Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

# Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	

# Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Em 20 de agosto de 2019, a Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "Stone SCD"), condicionando-se a decisão e aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN") e demais autoridades pertinentes, a aprovar a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R\$ 1.000 milhão, dividido em 1.000 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital da Stone SCD no valor total de R\$ 20 milhões, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações serão integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 10 milhões foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 10 milhões a ser integralizados em até 12 (doze) meses, contados a partir da data da aprovação do aumento de capital feita pelo BACEN em 7 de janeiro de 2020.

A Companhia executou suas primeiras operações no exercício de 2020, portanto estas demonstrações financeiras ainda não apresentam resultado operacional.

A Administração.



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

#### ey.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da **Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.** São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

ey.com.br

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Rui Borges

Contador CRC-1SP207135/O-2

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019
Ativo Circulante		11.029
Disponibilidades	4	989
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b> Carteira Própria	5	<b>10.040</b> 10.040
TOTAL DO ATIVO		11.029
	Nota	31/12/2019
Passivo Circulante		115
Outras Obrigações		115
Diversas		115
Patrimônio Líquido	6	10.914
Capital Social Ajuste de Avaliação Patrimonial		11.000
Prejuízos Acumulados		(1) (85)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.029

Demonstração do resultado

Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

	Nota	2019
Receitas da Intermediação Financeira Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5	<b>30</b> 30
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		30
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Outras Despesas Operacionais	7	<b>(115)</b> (115)
Prejuízo do Período	=	(85)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

		<u>Capital</u>				
	Nota	Integralizado e Subscrito	A Integralizar	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo inicial em 20 de agosto de 2019		1.000	-	-	-	1.000
Aumento de capital	6	20.000	(10.000)	-	-	10.000
Prejuízo do período		-	-	-	(85)	(85)
Variação no ajuste a valor de mercado		-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		21.000	(10.000)	(1)	(85)	10.914

Demonstração do fluxo de caixa Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

<u>-</u>	Nota	2019
Prejuízo do Período		(85)
Ajustes ao prejuízo:		(30)
Receitas financeiras, líquidas		(30)
Variações nos Ativos e Passivos		(9.896)
Títulos e valores mobiliários		(10.011)
Outras obrigações diversas		) 115
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(10.011)
Aumento de capital		11.000
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		11.000
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		989
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		_
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	989
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		989

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# 1. Contexto operacional

A Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "SCD") com sede em São Paulo, Rua Gomes de Carvalho, 1.609, 8º andar, foi constituída em 6 de março de 2019. A Companhia tem como atividade principal a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros; a atuação como representante na distribuição de seguros relacionados às operações realizadas; e a emissão de moeda eletrônica.

A Companhia é controlada pela Stone Pagamentos S.A. ("Stone Pagamentos"), uma empresa nacional que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. ("Grupo StoneCo"), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman.

A SCD obteve, em 22 de julho de 2019, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# 3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

## a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

#### b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) Títulos disponíveis para venda títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (i) e (ii) e não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

## c) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Resolução do CMN nº 4.656/18, a SCD é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até 59 dias é contabilizada em receitas e, a partir de 60 dias de atraso, em rendas a apropriar, sendo reconhecidas como receita, independentemente de seu nível de risco, quando de seu efetivo recebimento.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

Durante o exercício de 2019 a Companhia não realizou operações de crédito.

# d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam:

- as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido, ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

#### e) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no período. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

# 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019
Disponibilidades – Em moeda nacional	989
Caixa e equivalentes de caixa	989

#### 5. Títulos e valores mobiliários

#### a) Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	31/12/2019
Títulos de renda fixa	10.040
Títulos disponíveis para venda	10.040

As aplicações em títulos de renda fixa referem-se a letras financeiras do tesouro ("LFT"), as quais, ficaram vinculadas ao processo administrativo para aumento de capital perante o BACEN.

#### b) Abertura por faixa de vencimento dos títulos e valores mobiliários

	31/12	31/12/2019		
	0 a 90 dias	De 91 a 365 dias		
Títulos de renda fixa	-	10.040		
Total	<u>-</u>	10.040		

#### c) Movimentação dos títulos e valores mobiliários

	31/12/2019			
	Custo de aquisição	Juros	Ajuste ao valor de mercado	Valor de Mercado
Títulos de renda fixa	10.011	30	(1)	10.040
Total	10.011	30	<u>(1)</u>	10.040

O valor justo dos títulos de renda fixa é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de depósitos interbancários ("DI"), disponibilizadas ao mercado através de órgãos oficiais (B3, BACEN, etc.).

# 6. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia, é representado por 21.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 21.000 totalmente subscrito e parcialmente integralizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 20 de agosto (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais)

Em 20 de agosto de 2019 a Companhia foi constituída, condicionando-se a decisão e aprovação do BACEN e demais autoridades pertinentes, a aprovar a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R\$ 1.000, dividido em 1.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da SCD.

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital da SCD no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações serão integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 10.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 10.000 a ser integralizados em até 12 (doze) meses, contados a partir da data da aprovação do aumento de capital feita pelo BACEN em 7 de janeiro de 2020.

# 7. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, a despesa no valor de R\$ 115 mil refere-se à contratação de auditoria externa.

# 8. Eventos subsequentes

A Companhia está acompanhando os possíveis impactos do Coronavírus (COVID-19), seus reflexos na atividade econômica global, brasileira, e em seus negócios.

Planos de contingências foram elaborados para manutenção adequada de suas operações sem prejuízos aos seus clientes e colaboradores.

Devido à velocidade com a qual a situação do COVID-19 está se desenvolvendo, existe incerteza sobre os impactos financeiros dentro das operações da Companhia, sendo que até a data de autorização das demonstrações financeiras, não foi possível avaliar ou mensurar o risco em relação à atividade da Companhia e consequentemente qualquer impacto em suas demonstrações financeiras, no entanto, ressalta-se que não há risco na continuidade dos negócios ou deficiência de caixa, embora possivelmente ocorra impacto negativo nas operações financeiras durante o exercício de 2020.